

**8. PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA OCUPAÇÃO DE SEIS POSTOS DE TRABALHO NA CARREIRA/CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR ATIVIDADE DE ENGENHARIA CIVIL, NA MODALIDADE DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO:**

Do **DEPARTAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS** submetendo o procedimento concursal em epígrafe, nos termos da proposta em anexo.

## **Informação**

**Assunto: Procedimento concursal comum para ocupação de seis postos de trabalho na carreira / categoria de técnico superior atividade de engenharia civil, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

Face à proposta de abertura de procedimento concursal para ocupação de postos de trabalho de técnico superior, área de atividade de engenharia civil, apresentada pela Diretora Municipal de Obras e Serviços Municipais (Documento Interno – Registo MyDoc Win - Gestão Documental 26912, cumpre informar:

O mapa de pessoal do Município de Braga para 2020, elaborado nos termos do previsto no art.º 29.º da Lei 35/2014, de 20/06, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), alterado e aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 28 de fevereiro de 2020, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 10 de fevereiro de 2020, prevê o recrutamento de sete técnicos superiores da área de atividade de engenharia civil para a Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais; 5 para o Departamento de Obras Municipais, 1 para Divisão de Estudos e Projetos Municipais e 1 para a Divisão de Manutenção e Conservação;

Está acordado entre os Municípios de Braga e de Vieira do Minho e a Engenheira Civil, Ana Cristina Silveira Silva, a vinda em regime de mobilidade, ao abrigo do artigo 92.º e seguintes do anexo à Lei 35/2014, de 20/06, pelo período de 18 meses, para exercer funções no Departamento de Obras Municipais.

Nos termos previstos no art.º 30.º da citada Lei n.º 35/2014, de 20/06, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho tal como consta no mapa de pessoal, devendo o recrutamento ser feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado. O órgão ou serviço pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público;

Nos termos do previsto artigo 18.º da Portaria 125-A/2019, de 30/04, Portaria que regulamenta a tramitação do procedimento concursal nos termos do n.º 2 do artigo 37.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), a entidade que autoriza o procedimento estabelece, no respetivo ato, um prazo de apresentação de candidaturas, com um mínimo de 10 e um máximo de 20 dias úteis contados a partir da data da publicação do aviso;

Conforme art.º 6.º da citada Portaria 125-A/2019, de 30/04, para além dos métodos de seleção obrigatórios, a entidade responsável pela realização do procedimento pode, de acordo com o conjunto de tarefas e responsabilidades inerentes aos postos de trabalho a ocupar e o perfil de competências previamente definido, determinar a utilização de métodos de seleção facultativos ou complementares, nomeadamente: entrevista profissional de seleção, avaliação de competências por portfólio, provas físicas, exame médico e curso de formação específica;

Conforme o previsto no art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03/09, que procede à adaptação à administração autárquica da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, revogada pela Lei n.º 35/2014 de 20/06, mas, como refere o n.º 3 do art.º 42.º da citada Lei n.º 35/2014, todas as referências ao diploma ora revogado entendem-se feitas para as correspondentes normas desta Lei, o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal, é precedido de aprovação do órgão executivo.

Face ao exposto, submete-se à informação do Diretor Municipal de Gestão, tendo em vista decisão do Sr. Presidente no âmbito da competência que lhe está atribuída pelo n.º 2 do art.º 75.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09 de propor:

- a. Ao órgão executivo nos termos do art.º 4.º do Decreto-lei n.º 209/2009 de 03/09, que autorize desde já, por razões de economia e celeridade processual a abertura de procedimento concursal comum destinado não apenas a candidatos detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, mas também a candidatos com vínculo de emprego público a termo resolutivo, bem como sem vínculo de emprego público, tendo em vista a ocupação de seis postos de trabalho de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, área de engenharia civil, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;
- b. Que o prazo para apresentação de candidaturas seja de 10 dias úteis a partir da data da publicação do aviso;
- c. Utilizar a entrevista profissional de seleção como método de seleção complementar;
- d. Que a avaliação psicológica, método de seleção obrigatório, seja realizada por uma entidade especializada pública ou privada e a entrevista de avaliação de competências por detentor de formação e habilitação adequada para o efeito.

O coordenador técnico